

Clipping – Cuiabá/MT, 25 de novembro de 2011.

Notícias / Cidades

25/11/2011 - 09:26

## **Consumo elevado do crack é constatado em 26 cidades de MT**

*De Rondonópolis - Débora Siqueira*

O sistema de informação sobre drogas dos Municípios brasileiros – Observatório do Crack – da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) revela que 26 cidades mato-grossenses convivem com uma realidade de alto consumo de crack. No Estado, 112 dos 141 municípios brasileiros informaram ao sistema uma verdadeira situação de epidemia das drogas. Cento e sete deles tem problemas com a droga.

O baixo preço da pedra e a facilidade de acesso tem levado cada vez mais a interiorização do consumo da drogas em pequenas cidades. O mapa do Observatório do Crack mostra o elevado uso do crack em pequenas cidades como Poxoréu, Novo São Joaquim, Nova Brasilândia, União do Sul e Nova Xavantina, por exemplo.

Dos quatro maiores municípios de Mato Grosso, Cuiabá não informou a situação, Várzea Grande tem baixo consumo de crack e Rondonópolis e Sinop estão com médio consumo do derivado da pasta base da cocaína.

Em Rondonópolis, conforme o Departamento Municipal de Ações Programáticas, as principais drogas consumidas na cidade são o álcool, pasta base de cocaína, maconha, crack e cocaína.

O Observatório do Crack foi apresentado à Comissão Especial de Políticas Públicas de Combate às Drogas da Câmara dos Deputados. Em sua participação na audiência pública do grupo de trabalho, na terça-feira (22), o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, mostrou os dados das coletas junto às prefeituras e o descaso do poder público com a epidemia da droga no País.

De acordo com apresentação feita por Ziulkoski, a Lei Orçamentária Anual (LOA) previa para a gestão de Política Nacional Sobre Drogas a aplicação de R\$ 124 milhões em 2010, mas só foram efetivamente investidos R\$ 5,3 milhões. “Cinco milhões é menos do que Araraquara (SP) gasta em um Caps [Centro de Atenção Psicossocial] que eles tem lá”,



citou para exemplificar o valor aplicado em relação à necessidade existente. “Em 2011, foram colocados R\$ 33 milhões, e até 31 de outubro foram executados R\$ 4,7 milhões”, apresentou com base nos dados da Gestão Nacional de Política Nacional sobre Drogas.

De acordo com a nova pesquisa divulgada pela CNM, as principais áreas afetadas pelo consumo de crack são a saúde, pois existe fragilidade da rede de atenção básica ao usuário de drogas; segurança pública, pelo aumento de roubos e assassinatos; assistência social, com abandono da vida familiar e social; e na educação, devido ao baixo rendimento e evasão escolar do usuário.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Consumo elevado do crack e constatado em 26 cidades de MT&edt=25&id=220882](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Consumo_elevado_do_crack_e_constatado_em_26_cidades_de_MT&edt=25&id=220882)

25/11/2011 - 11h17

## **Paiaguás será alvo de protesto contras estadualização PS**

Redação 24 Horas News

Na próxima terça-feira, dia 29, o Palácio Paiaguás será alvo de um novo ato contra estadualização do Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá (PSMC) e a política de privatização de saúde, conduzida pelo secretário da pasta, Pedro Henry (PP).

O Comitê em Defesa da Saúde Pública assim como os conselhos municipais de Saúde de Cuiabá e Várzea Grande são contra a privatização no setor e a estadualização do PS. O ato vai começar às 9h e os manifestantes vão pedir, com antecedência, uma audiência com o governador Silval Barbosa (PMDB), para as 10 horas.

Militantes do Comitê vão reclamar com o governador do descaso do secretário Henry com a Conferência Estadual de Saúde, à qual ele não compareceu, ignorando as discussões sociais.

Quanto à estadualização do PSMC, isso não pode ocorrer, dentro da legalidade, antes da matéria tramitar nos conselhos municipal e estadual, o que ainda não aconteceu.

A informação que se tem é que até janeiro o PSMC será estadualizado. O Comitê pretende interceder contra.

*Com informações do Centro Burnier - Keka Werneck*

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=394588>

SUCATEANDO O SUS

## **Extinção da Fusvag pode ser um calote anunciado**



O médico Glen Arruda acredita que a extinção da Fundação de Saúde de Várzea Grande (Fusvag) poderá representar um calote anunciado. Glen, que ocupa o cargo de diretor clínico da Fusvag e sempre foi contra a sua extinção é também contra a entrega de hospitais públicos à Organizações Sociais (OSS)..

Para Glen, apesar de representar um déficit orçamentário mensal de R\$ 700 mil, a Fusvag poderia estar cumprindo o seu papel sem prejuízos aos cofres públicos se nos últimos dois anos a Prefeitura de Várzea Grande não tivesse deixado de repassar R\$ 8 milhões por mês à fundação referente ao Convênio 20.

“Se considerarmos outras fontes, esse valor chega a R\$ 14 milhões”, calcula o médico, para quem a extinção da Fusvag deveria ter sido muito bem pensada por tratar-se de um problema financeiro e não administrativo. “Logo a justificativa administrativa não pode ser desculpa para a criação de uma dívida podre, um calote anunciado.”

Glen vai adiante ao lembrar que segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) o município tem que investir no mínimo 15% da sua receita corrente líquida (RCL). “Olha que a peça orçamentária de 2009 e 2010 acusa porcentagem maior”, observa.

Isso significa, pelas contas do médico, que o município tem que gastar no mínimo R\$ 3 milhões por mês. Como nos últimos 2 anos o município teria arcado somente com a folha dos servidores cedidos a Fusvag ao custo de R\$ 400 mil, Glen questiona por onde andariam R\$ 2,6 milhões/mês que seriam para custear a rede básica e que funciona precariamente. “Como foram gastos no mínimo R\$ 62.400.000,00 (milhões) nos últimos 2 anos e falta de tudo nas unidades básicas, onde nem exames são oferecidos?”, pergunta o diretor.

<http://www.nopoder.com.br/materias/2026/6/Extincao-da-Fusvag-pode-ser-um-calote-anunciado.html>

CÂMARA HIPERBÁRICA

## **SMS tem contrato sem licitação com empresa da sobrinha de Pedro Henry**

Até o ano passado os pacientes do SUS de Mato Grosso (e que são atendidos em Cuiabá) não contavam com um tratamento baseado na “oxigenoterapia”. Este ano, coincidindo com a posse do deputado Pedro Henry (PP) na Secretaria Estadual de Saúde, uma máquina chamada “câmara hiperbárica” foi instalada no Hospital Santa Rosa, de propriedade do empresário da medicina, deputado Guilherme Maluf (PSDB).

Tal equipamento é caríssimo e nenhum empresário da medicina ousaria tê-la em funcionamento no Estado, até mesmo por falta de prescrição médica. Ou seja, de clientela disponível. A moderna máquina é da empresa médica Hiperbárica Santa Rosa e, segundo fontes de dentro do próprio hospital, pertenceria à sobrinha do secretário Pedro Henry, Dra. Taena Henry.



Não foi difícil encontrar pacientes para usar a grande capacidade produtiva do equipamento. Bastou um contrato sem licitação pública com a Secretaria de Saúde de Cuiabá, devidamente autorizado pelo prefeito Chico Galindo (PTB), para máquina faturar uma média de R\$ 70 mil por mês dos cofres públicos.

Cada sessão na milagrosa máquina custa R\$ 280 e o contrato é para realizar 300 sessões/mês. Enquanto isso a secretaria reduziu o número de biópsias que custa em média R\$ 80 cada, alongando a fila de espera e agravando a saúde de centenas de pessoas com suspeita de câncer.

Numa interpretação extensiva da Súmula nº 13 do Supremo Tribunal Federal (STF), de 29/08/2008, dado o grau de parentesco entre Henry e a influência do secretário no SUS, no mínimo tal situação seria enquadrada como nepotismo, a nefasta prática do favorecimento à parentes por gestores públicos.

Sem contar que o preço de cada sessão não encontra-se na Tabela Nacional do SUS, sendo, portanto, fixado aleatoriamente pelo prestador de serviço. É bom o Ministério Público e a auditoria do Ministério da Saúde investigarem este contrato e os absurdos que também ocorrem quanto aos prestadores de serviços para o SUS na área de oncologia.

<http://www.nopoder.com.br/materias/2031/6/SMS-tem-contrato-sem-licitacao-com-empresa-da-sobrinha-de-Pedro-Henry.html>

EM DEFESA DO SUS

## **Comitê fará ato contra estadualização do Pronto Socorro**

O Comitê em Defesa da Saúde Pública, que tem apoio da ADUFMAT S.Sind., realiza na próxima terça-feira, dia 29, um ato público no Palácio do Governo contra a estadualização do Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá (PSMC) e a política privatizante na saúde, conduzida pelo atual secretário da pasta, Pedro Henry (PP).

O ato vai começar às 9h e os manifestantes vão pedir, com antecedência, uma audiência com o governador Silval Barbosa (PMDB), para as 10 horas.

O Comitê se reuniu na quarta-feira, dia 23 de novembro, na Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), para organizar o ato e pensar formas de mobilizar as pessoas e coletivos insatisfeitos com a entrega da saúde pública às Organizações Sociais de Saúde (OSs).

Quanto à estadualização do PSMC, isso não pode ocorrer, dentro da legalidade, antes da matéria tramitar nos conselhos municipal e estadual, o que ainda não aconteceu.

Os conselhos municipais de Saúde de Cuiabá e Várzea Grande têm posição tomada contra a privatização no setor e a estadualização do PS.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

Militantes do Comitê vão reclamar com o governador do descaso do secretário Henry com a Conferência Estadual de Saúde, à qual ele não compareceu, ignorando as discussões sociais.

A informação que se tem é que até janeiro o PSMC será estadualizado. O Comitê pretende interceder contra.

No último ato, dia 9 de novembro, aproximadamente 500 militantes abraçaram o Pronto-Socorro.

Para o próximo ato, está sendo esperado esse mesmo número de pessoas.

<http://www.nopoder.com.br/materias/2027/6/Comite-fara-ato-contra-estadualizacao-do-Pronto-Socorro.html>

SAÚDE

## Aids avança entre os jovens de MT

**Pesquisa da Secretaria de Saúde mostra que o vírus HIV já foi detectado em pacientes de 130 dos 141 municípios mato-grossenses**

JOANICE  
Da

DE

DEUS  
Reportagem

Dos 141 municípios mato-grossenses, 130, ou 92%, já notificaram pelo menos um caso de aids ou mais. Assim como no restante do país, pesquisas mostram que a doença tem diminuído entre os homens e avançado entre as mulheres, especialmente as casadas. Também tem crescido entre os jovens, um dos grupos alvo da campanha nacional de prevenção do Dia Mundial de Luta contra a Aids, celebrado em 1º de dezembro.



LORIVAL FERNANDES/DC

Casa da Mãe Joana, em Cuiabá: apesar das dificuldades de se manter apenas com recursos privados, a entidade abriga 26 aidéticos

Em Mato Grosso, entre 1984 e 2010 (o órgão trabalha os números com o ano fechado), ocorreram 6.937 notificações da doença. Do total, 6.729 em adultos, sendo 3.973 no sexo masculino e 2.756 no sexo feminino. O restante (208), em menores de 13 anos. Os dados são da Secretaria de Estado de Saúde (SES). Em 1984 foi notificado o primeiro caso da doença no Estado.

Atualmente, 6.722 pessoas (acumulado do período) fazem o tratamento com uso do coquetel de drogas, que tem contribuído para o aumento da expectativa e da qualidade de



vida dos portadores. Apenas em 2010 ocorreram 127 óbitos, entre os motivos o abandonado ao tratamento e diagnóstico tardio. O percentual de abandono é de 30%.

De acordo com o coordenador da Vigilância Epidemiológica da SES, Juliano Silva Melo, entre os casos notificados em adultos destacam-se os da faixa etária de 15 a 24 anos. Nesta faixa, são 1.120 jovens, sendo 43,34% do sexo masculino e 56,60% entre o grupo feminino. “Isso indica que a transmissão está muito precoce”, disse. Entre as causas estão a falta de prevenção ou de uso de preservativo.

Os dados da SES mostram ainda que do total de jovens portadores do vírus, 155 casos são da categoria de exposição homossexual e/ou bissexual, sendo 92,25% masculino e 7,7% feminino.

Quanto à escolaridade, entre 15 a 24 anos, a grande maioria apresenta entre quatro a sete anos de estudos (613), seguido de 1 a 3 anos (156). Outros 88 casos estão entre oito e mais anos de escolaridade e 21 com nenhum ano de aprendizagem.

“Neste ano, a campanha mais uma vez quer discutir questões relacionadas à vulnerabilidade ao HIV na população de jovens homossexuais ou bissexuais sob o ponto de vista do estigma e preconceito”, destacou Juliano Melo. “A intenção é estimular uma reflexão contra o preconceito que as pessoas que vivem com vírus sofrem”, acrescentou.

Técnica do Programa de DST/Aids, Alessandra Moraes lembrou que hoje é possível o teste rápido, que em 15 minutos diz se a pessoa é ou não portadora do vírus. Em Cuiabá, o exame pode ser feito no Serviço de Assistência Especializada (SAE) e policlínicas. Assim como nos municípios do interior, também pode ser feito nos Centros de Testagens e Aconselhamentos (existem 74 unidades no Estado) e maternidades.

Além de mais de 92% dos municípios já terem notificados casos de aids, chama a atenção das autoridades públicas o fato de a hepatite B, uma doença sexualmente transmissível, possuir alta incidência, o que demonstra situação de risco. Mato Grosso, conforme Juliano Melo, ocupa o 5º lugar no ranking nacional de incidência da hepatite B.

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=402721>

## **Casa abriga hoje 26 portadores do vírus HIV**

Da Reportagem

Em Mato Grosso, os portadores do vírus HIV ou aids encontram apoio e abrigo na Casa da Mãe Joana, localizada nas imediações do Centro Político Administrativo (CPA), em Cuiabá.



Apesar das dificuldades e de se manter apenas com a ajuda da sociedade, atualmente a entidade abriga 26 pacientes.

Entre eles, está Jânio Nascimento de Oliveira, de 32 anos, que descobriu que possui a doença há cinco anos. “Estou bem. Não tem faltado medicamento”, disse. Ela diz que vem recebendo a assistência necessária tanto por parte dos órgãos públicos, como da Casa da Mãe Joana, para realizar o tratamento.

No abrigo também está hospedada Márcia Pereira Moura, de 30 anos, portadora do vírus há sete anos. Ela descobriu que tinha a doença quando estava grávida. Infelizmente, transmitiu o vírus para o filho, que hoje se encontra em uma instituição pública para crianças.

“Entrei em estado de choque e não fiz o tratamento adequado para evitar a transmissão. Ninguém espera que isso aconteça”, comentou. Fazendo o pré-natal e exames, é possível fazer a profilaxia e evitar a transmissão da mãe para o bebê.

Márcia Moura conta que adquiriu o vírus ao manter relação sexual durante uma festa de carnaval. Apesar das reações fortes dos medicamentos, ela também afirma que tem conseguido viver bem.

“Só sinto saudades dos meus filhos (os outros dois são saudáveis)”, comentou.

Para poder se manter, a entidade realiza um sorteio de vários prêmios por meio da Loteria Federal.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone 3644-3343. (JD)

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=402722>

## [Protesto contra OSs em Maceió \(AL\)](#)

By

[Paulo Navarro](#)

- Atualizado em 25/11/2011 **Postado em:** [Maria Valéria Correia](#)



Projeto de Lei das Organizações Sociais (OS's) tramita na Assembleia Legislativa de Alagoas.

*Enviado por Maria Valéria Correia.  
[Disponível no site do Fórum em](#)*



## [Defesa do SUS e contra a privatização.](#)

Na manhã desta quinta-feira (24/11), o Fórum em Defesa do SUS e Contra a Privatização, entidades estudantis, sindicais e movimentos sociais realizaram uma manifestação no Calçadão do Comércio em protesto à privatização dos serviços públicos por meio do Projeto de Lei das Organizações Sociais (OS's), que tramita na Assembleia Legislativa (Ale). Ao final do protesto os manifestantes foram até à Ale protocolar um abaixo-assinado com mais de três mil assinaturas, no qual a população alagoana exige a revogação do Projeto.

Os manifestantes questionam a gerência dos serviços públicos pelas Organizações Sociais. Segundo eles, o Tribunal de Contas de São Paulo divulgou um estudo recente provando que as instituições públicas sob a administração de OS's demandam mais recursos financeiros do governo sem, no entanto, melhorar a qualidade dos serviços.

“Onde existe OS a qualidade do serviço é pior, pois elas só visam o lucro e não o atendimento à população. Vale lembrar que várias OS's estão sendo investigadas pelos Ministérios Públicos em vários Estados por inúmeras irregularidades, a exemplo do Instituto Pernambucano de Assistência à Saúde, que gerencia o Hospital Geral de Santa do Ipanema”, diz o médico Bruno Fontan, ao informar que o Supremo Tribunal Federal (STF) está julgando uma ação que pode implicar na inconstitucionalidade da lei das OS's.

Segundo o médico, essa modalidade de gestão ameaça o SUS porque permite o repasse de patrimônio, serviços, servidores e recursos públicos para entidades privadas. “Somos contra essa Lei e pedimos sua revogação por entendermos que, se aprovada, a Assembleia estaria entregando às empresas privadas setores essenciais para a população e sendo conivente com o fim de concursos público e a dispensa de licitação, como prevê as OS's”, frisa Bruno Fontan.

<http://www.saudecomdilma.com.br/index.php/2011/11/25/protesto-contr-oss-em-maceio-al/>

## [Quem Precisa de Remédio?](#)

By

[Saúde com Dilma](#)



- Atualizado em  
25/11/2011 **Postado em:**  
[Medicalização, z](#)

Para especialistas, a banalização dos diagnósticos – como hiperatividade e dislexia – e da medicalização ajuda indústria farmacêutica

e esconde má qualidade do ensino

da Revista do Brasil – Edição 64 – Outubro de 2011

Por: João Correia Filho e Cida de Oliveira

Se tivesse nascido nos últimos dez anos, o Menino Maluquinho, personagem do cartunista Ziraldo, criado em 1980, poderia ser diagnosticado como hiperativo, ou portador de transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH). É muito provável também que lhe fosse receitado medicamento à base de metilfenidato, como Ritalina, para controlar sua agitação e impulsividade – exatamente como acontece hoje com crianças com comportamento semelhante.

Transtornos neurológicos como esse têm sido cada vez mais diagnosticados no Brasil. Segundo a Associação Brasileira de Déficit de Atenção (ABDA), entre 3% e 5% das crianças em todo o mundo sofrem do distúrbio, cujos principais sintomas são falta de concentração, impulsividade, ansiedade e dificuldade de planejar tarefas a longo prazo.

Coincidência ou não, a venda de Ritalina cresceu 1.615% só na década passada, segundo o Instituto de Defesa dos Usuários de Medicamentos. O Brasil é o segundo maior consumidor da droga no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Dados da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, por exemplo, apontam a venda de 150 mil unidades do medicamento na capital paulista apenas nos primeiros cinco meses deste ano, compondo uma média mensal quase duas vezes maior que a do ano passado. Os números alimentam uma polêmica que envolve a indústria farmacêutica, põe em xeque pesquisas científicas e divide médicos e psicólogos.

A professora Maria Aparecida Moysés, do Departamento de Pediatria da Universidade de Campinas (Unicamp), vê com reservas esse aumento dos diagnósticos. “Os laboratórios financiam parte das pesquisas e apoiam entidades que dão aval a tais conclusões”, denuncia a pediatra, uma das pioneiras na luta contra a medicalização no Brasil. O movimento conta com a crescente adesão de médicos, psicólogos e outros profissionais da saúde, como a equipe do Programa de Atenção à Adolescência do Centro de Saúde Escola Samuel Barnsley Pessoa, ligado à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).

A médica sanitária Mariana Arantes Nasser, coordenadora do programa, afirma que é um exagero transformar comportamentos diferentes do padrão imposto em doença, passível de medicação e de acompanhamento excessivo com psicólogos, fonoaudiólogos e outros profissionais. E vai além: “A Ritalina, muito prescrita a crianças pequenas, não foi estudada o suficiente quanto aos efeitos a longo prazo. Ou seja, nem sabemos se a doença existe mesmo e usamos um remédio que nem sabemos se é seguro a longo prazo”.

A sanitária explica que a medicalização é preocupante também porque estigmatiza. “Não é fácil para uma pessoa que tem um comportamento considerado diferente ser taxada de doente por um profissional da área, principalmente um médico. É como ser chamada de anormal. A saúde tem de transformar a realidade, e não o contrário”, ressalta.



Do outro lado da polêmica, o psiquiatra Antonio Geraldo da Silva, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), considera o aumento de casos diagnosticados do transtorno uma decorrência do maior acesso da população à informação sobre as doenças e do conhecimento dos sintomas por pais e professores. “Quanto mais precoce o diagnóstico, o tratamento começa mais cedo e é mais fácil curar. Por que esperar o problema se agravar para tratar?”, questiona. “É como o caso do doente cardíaco. Vamos esperar que ele tenha um infarto para só então tratar?”, compara.

Segundo Silva, o avanço da medicina permite ao médico identificar sintomas que diferenciam o transtorno de hiperatividade de outras doenças, tratando de maneira adequada e segura, com medicamento específico, associado ou não a psicoterapia. O distúrbio é reconhecido como doença pela Organização Mundial da Saúde e em alguns países, como os Estados Unidos, portadores são protegidos por lei que garante tratamento diferenciado na escola.

## **Epidemia?**

Transtorno que dificulta a aprendizagem da leitura e da escrita, a dislexia também tem crescimento nas notificações. Conforme a Associação Brasileira de Dislexia (ABD), entre 5% e 17% da população mundial sofre desse mal que, assim como a hiperatividade, tem origem genética. No entanto, para muitos especialistas, essa estimativa é suspeita. “Na medicina, é absurdo pensar em porcentagens tão altas para um problema genético, quando o normal são taxas como 1 por 10 mil, 1 por 100 mil, 1 por milhão. Se reais, esses números indicariam que estamos diante de uma verdadeira epidemia de distúrbios com origem cromossômica”, analisa Maria Aparecida Moysés, da Unicamp.

Para a psicóloga Maria Inez Ocaña de Luca, da ABD, não há exagero no aumento do número de diagnósticos de dislexia e hiperatividade, e sim um grande equívoco na interpretação dos dados. “Trata-se de descobertas recentes, conhecidas no Brasil a partir da década de 1980. É óbvio que houve um crescimento vertiginoso desses números, pois antes ninguém conhecia tais transtornos. Nosso trabalho foi esclarecer e ajudar a identificá-los, o que fez com que comessem a aparecer mais casos.” A psicóloga afirma também que o número de diagnósticos de dislexia já começa a diminuir. Segundo ela, atualmente cerca de 50% dos casos que passam pela ABD são encaminhados para outros tratamentos ao serem identificados sintomas de hiperatividade, autismo, deficiência mental leve e problemas auditivos.

Maria Inez diz que na maioria das vezes os pais estão envolvidos no tratamento e são os primeiros a perceber se um medicamento está fazendo bem para seu filho – “pois eles acompanham suas reações na escola e em casa”. Ela aposta ainda na fiscalização feita por órgãos responsáveis pelo controle dos procedimentos médicos a possíveis casos de abuso.

## **Escola ruim**

O aumento do diagnóstico do TDAH e dislexia, segundo profissionais, pode ainda maquiar problemas sociais e a queda da qualidade do ensino. “Tornou-se mais fácil pôr a culpa num distúrbio ou num transtorno do que enfrentar a baixa qualidade de ensino, principalmente



nas séries iniciais. Hoje em dia, se uma criança é desatenta na escola ou em casa corre o risco de ser diagnosticada como hiperativa. Se ela não lê nem escreve nos primeiros anos de escolarização, já corre o risco de ser taxada de disléxica”, afirma Marilene Proença Rebello de Souza, professora do Instituto de Psicologia da USP.

Outro ponto levantado por ela é que diagnósticos de dislexia e de hiperatividade são “banalizadas e empregadas indiscriminadamente” toda vez que a criança não aprende ou não consegue se concentrar na aula. “É mais comum do que se imagina a criança ser encaminhada ao posto de saúde já com um bilhete da escola ‘diagnosticando’ que é disléxica ou hiperativa. E, assim, os alunos já são estigmatizados sem questionamento à forma ou ao processo de aprendizagem. Parece que virou moda ter esse tipo de transtorno”, critica Marilene.

Logo que diagnosticado como portador do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, aos 5 anos, Gabriel foi transferido de escola. “Ele não se interessava pelas aulas, não acompanhava o ritmo da turma, desligava, viajava mesmo”, conta a publicitária Gabrielle Chimento Massarão, mãe do garoto. Ela optou por uma escola com proposta pedagógica diferenciada, que permite que a criança tenha maior autonomia e faça mais experimentações, adotou a medicina antroposófica, modificou a alimentação e o comportamento de toda a família. “Decidimos não tratá-lo com medicamentos como a Ritalina. Em vez disso, assumimos o problema e estamos ajudando o Gabriel a melhorar”, diz. A nova escola despertou o interesse do garoto, que evoluiu no aprendizado. Os “apagões”, segundo a mãe, diminuíram.

## **Varredura**

Para Marilene Proença, o excesso de diagnósticos remete ao começo do século 20, quando teorias da psicologia atribuíam a distúrbios cerebrais as dificuldades de aprendizagem, isentando problemas sociais e educacionais. “Nosso maior desafio não é apenas diagnosticar crianças, e sim lutar pela melhoria da qualidade da escola.”

Maria Inez Ocaña, da ABD, afirma que, para evitar equívocos, os casos de dislexia só devem ser atestados depois de uma varredura feita por psicólogos, fonoaudiólogos, neurologistas e mais uma série de profissionais de saúde que acompanham o paciente. “Eliminamos todos os outros fatores que podem causar o problema de aprendizagem, como deficiências auditivas, na visão e até mesmo transtornos como o TDAH, que pode acompanhar a dislexia e agravar o quadro. Além disso, há um acompanhamento da situação escolar e familiar dos diagnosticados”, pondera a psicóloga.

Atualmente, laudos de dislexia servem como aval para que jovens tenham tratamento diferenciado em escolas e até mesmo no vestibular. C.S.A. (que pede para não se identificar), reprovado várias vezes em vestibulares, depois de um laudo médico que comprovava sofrer de dislexia obteve a autorização de algumas instituições para fazer seu exame de forma diferenciada – com mais tempo para as provas e com a presença de alguém que lê as questões e auxilia na conferência dos gabaritos. Com esses recursos, ele foi aprovado em várias universidades públicas importantes, como Unesp, USP e UFMG. Optou pelo curso de Geologia na Unesp de Rio Claro (SP).



No entanto, segundo Maria Aparecida Moysés, não faltam casos em que diagnósticos de dislexia e de TDAH são prejudiciais. Aos 12 anos, Marcelo (nome fictício) consultou-se com um neurologista num momento em que ia muito mal na escola. Depois de dois anos de medicação com Ritalina, a família descobriu que ele havia tido problemas de atraso no crescimento, o que lhe causava dificuldades até para fazer atividades físicas, uma de suas grandes paixões. Um acompanhamento psicológico mais aprofundado revelou que o adolescente deixava os estudos em segundo plano porque desejava ser jogador de futebol. Em acordo com seus pais, prometeu se esforçar para terminar o ensino fundamental desde que pudesse se dedicar ao esporte. Parou com os medicamentos, concluiu os estudos e hoje, aos 14 anos, joga num time de futebol de sua cidade. Nunca mais foi medicado.

Nos últimos anos, a discussão também entrou na esfera política. Atualmente tramita um grande número de projetos de lei para a educação, nos âmbitos municipal, estadual e federal, a propor que o tratamento e o diagnóstico de distúrbios de aprendizagem ocorram no interior das escolas públicas.

No município de São Paulo, por exemplo, tramita na Câmara dos Vereadores um projeto criado pelo Programa de Apoio ao Aluno Portador de Distúrbios Específicos de Aprendizagem. “A aprovação da lei representará um retrocesso significativo no enfrentamento das dificuldades de escolarização de nossas crianças e adolescentes. Isso porque reduz os problemas educacionais a uma suposta patologia do indivíduo, desconsiderando todo um contexto social e as consequências de gravíssimos problemas de estrutura e funcionamento de nosso sistema de ensino”, argumenta um manifesto difundido pelo Conselho Regional de Psicologia e assinado por dezenas de entidades do setor.

A pesquisadora Marilene Proença, também autora de diversos trabalhos sobre o tema, considera que esse tipo de projeto não melhora a qualidade da escola e reforça ações paliativas. “Desvirtua-se a ideia da escola de qualidade como direito de todos, e o direito passa a ser o de ter um diagnóstico”, critica.

## **Peleja científica**

Maria Aparecida Moysés, da Unicamp, vai mais longe. Considera que os critérios usados são frágeis: “É inquestionável que existam doenças reais, que existam problemas de saúde que podem interferir no desenvolvimento afetivo e cognitivo de uma criança, mas faltam critérios claros”, analisa. “A dislexia, por exemplo, é definida como uma dificuldade de aprendizagem de origem neurológica, que afetaria a fluência correta na leitura. Para diagnosticá-la, os principais instrumentos utilizados são provas de leitura e escrita, o que impossibilita a diferenciação entre pessoas mal alfabetizadas e pessoas com uma doença neurológica de fato.”

Segundo a pediatra, entre os próprios médicos não há unanimidade sobre a existência desses distúrbios, ou seja, a dislexia e o TDAH ainda não foram comprovados cientificamente, sendo questionados no interior da própria medicina em todo o mundo. No site da ABDA, o psiquiatra Paulo Mattos defende a existência do TDAH de forma contundente: “Quando você ouve alguém dizer que TDAH é uma doença inventada, por mais eloquente que seja o autor dessa opinião, sem qualquer base científica, ou mesmo a



sua titulação – a incapacidade e leviandade sempre foram democráticas: também acometem médicos, psicólogos etc. –, pesquise sobre a veracidade e a origem do que está sendo dito”.

Outro ponto em questão são os efeitos colaterais provocados por medicamentos que têm o metilfenidato como princípio ativo. A ABDA argumenta que “os mais comuns são inapetência, insônia, irritação gástrica e dores de cabeça, que ocorrem numa minoria de pacientes e, quando ocorrem, tendem a desaparecer em poucos dias ou semanas. Não há efeitos colaterais ‘perigosos’, como tonteiras, taquicardia etc.”.

A pediatra Maria Aparecida Moysés lembra, entretanto, que na própria bula da Ritalina são listados efeitos colaterais como febre alta, dor no peito, batimento cardíaco acelerado, garganta inflamada e espasmos musculares. “Isso já seria o suficiente para ter muito cuidado ao receitar”, afirma. “Muitas vezes o fato de uma criança medicada estar mais quieta pode ser considerado pelos pais e pela escola como um sinal de que está reagindo bem, está mais concentrada. Mas pode estar ocorrendo o que chamamos na farmacologia de efeito zumbi, ou seja, as crianças ficam paradas, contidas, como se estivessem quimicamente amordaçadas.”

O fato é que não se pode desprezar o risco de haver um transtorno ou distúrbio que afete o aprendizado. Tampouco o ambiente social e educacional da criança pode ser precipitadamente isento de responsabilidades. Qualquer que seja o desdobramento de um caso, identificar uma dificuldade e buscar o diagnóstico correto exigem um esforço coletivo que vai até a procura por especialistas de áreas diversas. Porém começa com o empenho dos pais.

<http://www.saudecomdilma.com.br/index.php/2011/11/25/quem-precisa-de-remedio/>

## [Programa Farmácia popular está funcionando sem respaldo legal.](#)

O Tribunal de Contas da União (TCU) alertou a Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização do Congresso Nacional para a necessidade de elaboração de lei específica que autorize o repasse de recursos, do Fundo Nacional de Saúde (FNS), à rede privada de farmácias e drogarias credenciadas a fornecer medicamentos no âmbito do Programa Farmácia Popular. O objetivo do programa é possibilitar à população menos favorecida a aquisição de remédios a preços acessíveis.

De acordo com o relator do processo, ministro José Jorge, “é imprescindível a prévia autorização legislativa, por intermédio de lei específica, para que seja possível a destinação de recursos para cobrir as necessidades de pessoas físicas como as aqui focadas”. Para ele, no entanto, como o programa possui alta relevância social, “a abrupta paralisação poderia acarretar sérias complicações na saúde dos usuários dos medicamentos”.

O Programa Farmácia Popular atua com unidades próprias, desde junho de 2004, que são operacionalizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em parceria com



municípios e estados e, também, através do credenciamento de farmácias e drogarias privadas, onde o Ministério da Saúde (MS) arca com 90% de um valor de referência estabelecido para o medicamento adquirido pelo cidadão.

Cópias do relatório foram encaminhadas à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Saúde, à Secretaria de Ciência Tecnologia e Insumos Estratégicos e à Secretaria de Segurança Social e Família da Câmara dos Deputados, e, também, à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Fonte: TCU, 22/11/2011 e LEGISUS.

[http://www.legisus.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=849:programa-farmacia-popular-esta-funcionando-sem-respaldo-legal&catid=47:janeiro&Itemid=37](http://www.legisus.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=849:programa-farmacia-popular-esta-funcionando-sem-respaldo-legal&catid=47:janeiro&Itemid=37)

## **Aprovado obrigatoriedade de preservativos em hotéis**

TWEET  
DETALHES

PUBLICADO EM SEXTA, 25 NOVEMBRO 2011 13:50



A Comissão de Turismo e Desporto aprovou na quarta-feira (23), com uma emenda, o Projeto de Lei 1272/11, do Senado, que obriga hotéis, motéis, pousadas, pensões e estabelecimentos similares a fornecer a seus clientes, gratuitamente, preservativos e folhetos educativos sobre doenças sexualmente transmissíveis (DSTs).

A emenda aprovada na comissão, de autoria do próprio relator, deputado Jonas Donizette (PSB-SP), determina que preservativos e folhetos educativos fiquem à disposição dos hóspedes no

balcão ou na cabine de recepção dos estabelecimentos. O texto original da proposta não define o local onde os objetos seriam disponibilizados.

### **Prevenindo embaraços**

“Não nos parece apropriado que os preservativos e os folhetos estejam disponíveis nas unidades de habitação”, argumenta o relator. Segundo ele, o acesso desimpedido e não solicitado a objetos de cunho sexual poderia causar embaraços a pais ou acompanhantes de crianças pequenas, a idosos ou a fiéis de algumas religiões. “É uma garantia de que os instrumentos de prevenção e de informação chegarão diretamente a quem se destinam – e apenas a eles”, completou.

O texto aprovado manteve os demais itens da proposta, segundo a qual os estabelecimentos deverão fornecer, no mínimo, um preservativo por casal, que poderá optar por modelos



masculinos ou femininos. O texto estabelece que a forma e o conteúdo dos folhetos educativos serão definidos em regulamento.

O relator citou estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) que indicam que, a cada ano, ocorrem no Brasil mais de 935 mil infecções de sífilis por transmissão sexual na população sexualmente ativa, 1,54 milhão de gonorreia, 1,97 milhão de clamídia, 641 mil de herpes genital e 685 mil de HPV.

## **Cancelamento de licença**

O descumprimento das normas configurará infração à legislação sanitária federal e poderá provocar, em último caso, o cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento, além de multa.

## **Tramitação**

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será ainda analisada pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Murilo Souza

Edição – Mariana Monteiro

Agência Câmara de Notícias

<http://www.circuitomt.com.br/editorias/geral/8192-aprovado-obrigatoriedade-de-preservativos-em-hoteis.html>

## [Cotidiano](#)

## [Governo abre licitação para OSS em Alta Floresta](#)



O governo estadual abriu uma concorrência pública para contratação de OSS (Organização Social de Saúde) para gerenciar o hospital Albert Sabin, em Alta Floresta. O anúncio ocorre cinco meses após o governo assumir administração da unidade. O Estado ficara encarregado das despesas e funcionamento do hospital. O



termo de contratação foi divulgado hoje no “Diário Oficial”.

Segundo o líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Romoaldo Junior (PMDB), o processo de estadualização do Albert Sabin começará em janeiro. Hoje, o hospital tem uma estrutura de atendimento com 78 leitos; três de UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) adulta; quatro neonatais; 20 de observação de pronto-socorro; três salas de cirurgias e três de recuperação pós-anestésica (RPA).

Pacientes de seis cidades de Mato Grosso são atendimentos pelo centro, além de outros vindos da região Sul do Pará.

Segundo Romoaldo, com a gestão de OSS, o atendimento será realizado 24 horas, com 200 agentes da saúde para o atendimento de urgência e emergência a 1.400 pacientes por mês. Também serão disponibilizados serviços ambulatoriais especializados em clínica médica, obstetrícia, clínica pediátrica e outros.

<http://www.folhadoestado.com.br/noticia/13209/governo-abre-licitacao-para-oss-em-alta-floresta>

Notícias / Política MT

25/11/2011 - 09:15

## **Médicos afirmam que Metropolitano não atende a demanda esperada**

*Da Redação - Julia Munhoz*

Os ex-secretários de Saúde, que integram o Movimento Saúde e Democracia (MSD), questionaram os procedimentos cirúrgicos realizados no Hospital Metropolitano, em Várzea Grande, gerenciado por uma Organização Social de Saúde (OSS). Para esses representantes, os atendimentos na unidade hospitalar são mínimos e não atendem a real demanda de Mato Grosso.

O ex-secretário estadual de Saúde, Julio Muller, explicou que o projeto original do Hospital Metropolitano foi alterado e reduziu pela metade os atendimentos que previra originalmente. “Fizeram todo um carnaval com o Metropolitano, com 60 leitos, mas cortaram a metade do projeto inicial. Infelizmente, por economia, cortaram pela metade”, ressaltou.

Muller afirmou ainda que parte dos procedimentos cirúrgicos realizados no hospital são pequenas cirurgias e que a maioria dos pacientes nem chegam a ficar internados, já que são



liberados no mesmo dia. “São pequenas cirurgias em que o paciente não precisa ficar no hospital e é só por isso que o Metropolitano consegue atender o previsto pelo governo”.

No ponto de vista do ex-secretário, a fila de cirurgias ortopédicas só tem aumentado nos pronto-socorros de Cuiabá e Várzea Grande, pois o Metropolitano não estaria ‘cumprindo o seu papel’. Ele informou que hoje há cerca de 150 pacientes aguardando cirurgias.

## Outro Lado

O hospital Metropolitano conta com 10 leitos de UTI adulta e 52 de enfermaria, todos climatizados. Conforme a Secretaria de Saúde, no mês de outubro foram realizadas 102 cirurgias ortopédicas, 109 gerais e 264 dias (pequenos procedimentos cirúrgicos), que totalizaram 478.

Os dados da pasta apontam ainda que, no primeiro trimestre (de agosto a outubro) de funcionamento, a unidade hospitalar realizou um total de 911 cirurgias. A meta mensal estipulada pela secretaria para o Instituto Pernambucano de Assistência à Saúde (Ipas) é de 500 cirurgias mês.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Medicos afirmam que Metropolitano nao atende a demanda esperada&id=220623](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Medicos%20afirmam%20que%20Metropolitano%20nao%20atende%20a%20demanda%20esperada&id=220623)

## Educação para a diversidade de gênero reivindica LGBT

TWEET  
DETALHES

PUBLICADO EM SEXTA, 25 NOVEMBRO 2011 14:10



A inclusão de conteúdos sobre orientação sexual e diversidade de gênero nos currículos escolares e na formação de professores representa a principal reivindicação do movimento LGBT para o Plano Nacional de Educação (PNE - PL 8035/10). A informação é do diretor da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Beto de Jesus, que participou de seminário nesta quarta-feira (23) na Câmara. Em discussão no Congresso, o PNE estabelece metas para o período de 2011 a 2020.

Beto de Jesus ressaltou que, na versão atual do plano, consta apenas uma estratégia sobre o assunto – a que prevê a adoção de políticas de prevenção da evasão escolar por motivo de preconceito e discriminação em função de orientação sexual. “Temos de nos mobilizar



para incluir ações mais efetivas, pois isso fica na dependência da vontade política dos governantes e pode nunca ser executado”, sustentou.

De acordo com o diretor da ABGLT, todas as metas defendidas pelo movimento foram aprovadas na Conferência Nacional de Educação Básica, tanto em 2008 quanto em 2010. “As demandas não são de gays, de lésbicas, de travestis, mas de educadores e educadoras, aprovadas em duas grandes conferências”, frisou.

## Educação de qualidade

A presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS), ressaltou que as entidades que representam a população LGTB “dão um salto muito grande quando propõem a inclusão do combate à homofobia no PNE”. Na opinião da parlamentar, a educação representa o “principal instrumento para garantir o Brasil diverso, que luta pelo combate às desigualdades”.

Representante da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT na Câmara, o deputado Jean Wyllys (Psol-RJ) destacou que o objetivo da população LGBT é discutir a qualidade da educação para todos. “Queremos debater educação de qualidade, que requer melhor formação de professores, salários dignos, mas também um currículo para formação de cidadãos que respeitem a dignidade e a diversidade”, sustentou.

## Homofobia

Segundo a coordenadora de Juventude e Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Miriam Abramovay, o trabalho de conscientização nas escolas deve começar o mais cedo possível, pois quanto mais jovem os alunos, mais homofóbico ele se apresenta. Estudo coordenado por ela em 2009 mostrou que, entre estudantes de 11 anos de idade, 48,7% manifestaram preconceito contra homossexuais. Na faixa de 13 a 14 anos, o índice cai para 38,4%.

O mesmo levantamento apontou que os homens são mais homofóbicos que as mulheres. Dos estudantes do sexo masculino pesquisados, 45% disseram que não gostariam de ter colega de classe homossexual, contra apenas 15% das meninas.

Em trabalho anterior, 55% dos homens ouvidos relataram que não gostariam de ter um vizinho gay. Entre as mulheres, o índice foi de 40%. Um terço dos entrevistados se disse indiferente. “Observamos que, quase sempre, indiferente quer dizer sim, o que torna esses números muito chocantes”, explicou.

## Criminalização

Para a pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis), Débora Diniz, a criminalização da homofobia representa um instrumento para a garantia da igualdade. A especialista destacou ainda que “não há sistema de crença que legitime a homofobia, porque nenhuma religião autoriza o discurso do ódio, muito menos na escola”.



Apesar disso, uma pesquisa conduzida por ela mostrou que os livros de ensino religioso utilizados nas escolas brasileiras apresentam conteúdo homofóbico e discriminatório. Para a pesquisadora, essa é uma questão fundamental que o País deverá enfrentar: o lugar da religião no Estado laico.

Na concepção da especialista, estabeleceu-se no Brasil a ideia de que o “pacto religioso” é anterior ao político, e, por isso, o Estado “não pode botar a mão” em assuntos religiosos. Para ela, no entanto, trata-se de um equívoco. “Se está na escola pública, o Poder Público precisa controlar.”

O seminário “Plano Nacional de Educação - mobilização nacional por uma educação sem homofobia” foi promovido pelas comissões de Legislação Participativa; de Direitos Humanos e Minorias; e de Educação e Cultura.

Reportagem - Maria Neves  
Edição - Daniella Cronemberger

Agência Câmara de Notícias

<http://www.circuitomt.com.br/editorias/geral/8194-educacao-para-a-diversidade-de-genero-reivindica-lgbt.html>

## Cidades

### Em 16 anos, Mato Grosso registrou sete mil casos de Aids

25/11/2011 - 10h37

#### Da Redação

Dos 141 municípios mato-grossenses, 130, ou 92%, já notificaram pelo menos um caso de aids ou mais. Assim como no restante do país, pesquisas mostram que a doença tem diminuído entre os homens e avançado entre as mulheres, especialmente as casadas. Também tem crescido entre os jovens, um dos grupos alvo da campanha nacional de prevenção do Dia Mundial de Luta contra a Aids, celebrado em 1º de dezembro.

Em Mato Grosso, entre 1984 e 2010 (o órgão trabalha os números com o ano fechado), ocorreram 6.937 notificações da doença. Do total, 6.729 em adultos, sendo 3.973 no sexo masculino e 2.756 no sexo feminino. O restante (208), em menores de 13 anos. Os dados são da Secretaria de Estado de Saúde (SES). Em 1984 foi notificado o primeiro caso da doença no Estado.

Atualmente, 6.722 pessoas (acumulado do período) fazem o tratamento com uso do coquetel de drogas, que tem contribuído para o aumento da expectativa e da qualidade de vida dos portadores. Apenas em 2010 ocorreram 127 óbitos, entre os motivos o abandonado ao tratamento e diagnóstico tardio. O percentual de abandono é de 30%.

De acordo com o coordenador da Vigilância Epidemiológica da SES, Juliano Silva Melo, entre os casos notificados em adultos destacam-se os da faixa etária de 15 a 24 anos. Nesta faixa, são 1.120 jovens, sendo 43,34% do sexo masculino e 56,60% entre o grupo feminino. “Isso indica que a



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

transmissão está muito precoce”, disse. Entre as causas estão a falta de prevenção ou de uso de preservativo.

Os dados da SES mostram ainda que do total de jovens portadores do vírus, 155 casos são da categoria de exposição homossexual e/ou bissexual, sendo 92,25% masculino e 7,7% feminino.

Quanto à escolaridade, entre 15 a 24 anos, a grande maioria apresenta entre quatro a sete anos de estudos (613), seguido de 1 a 3 anos (156). Outros 88 casos estão entre oito e mais anos de escolaridade e 21 com nenhum ano de aprendizagem.

“Neste ano, a campanha mais uma vez quer discutir questões relacionadas à vulnerabilidade ao HIV na população de jovens homossexuais ou bissexuais sob o ponto de vista do estigma e preconceito”, destacou Juliano Melo. “A intenção é estimular uma reflexão contra o preconceito que as pessoas que vivem com vírus sofrem”, acrescentou.

Técnica do Programa de DST/Aids, Alessandra Moraes lembrou que hoje é possível o teste rápido, que em 15 minutos diz se a pessoa é ou não portadora do vírus. Em Cuiabá, o exame pode ser feito no Serviço de Assistência Especializada (SAE) e policlínicas. Assim como nos municípios do interior, também pode ser feito nos Centros de Testagens e Aconselhamentos (existem 74 unidades no Estado) e maternidades.

Além de mais de 92% dos municípios já terem notificados casos de aids, chama a atenção das autoridades públicas o fato de a hepatite B, uma doença sexualmente transmissível, possuir alta incidência, o que demonstra situação de risco. Mato Grosso, conforme Juliano Melo, ocupa o 5º lugar no ranking nacional de incidência da hepatite B.

<http://www.odocumento.com.br/materia.php?id=377818>

Sexta, 25 de novembro de 2011, 09h18

CAMPO NOVO DO PARECIS-MT

## Esgoto de cadeia coloca em risco saúde da população

Ministério Público ingressou com ação civil pública

MÍDIA NEWS



Cadeia Pública de Campo Novo do Parecis terá que se adequar  
DA ASSESSORIA



O Ministério Público do Estadual, por meio da Promotoria de Justiça de Campo Novo do Parecis, teve que ingressar com ação civil pública contra o Estado de Mato Grosso para tentar resolver o problema de 'esgoto à céu aberto' na cadeia pública do município. Os detentos, servidores e as pessoas que residem próximas a cadeia estão expostas ao vazamento das fossas instaladas no local.

De acordo com o promotor de Justiça que atua em Campo Novo do Parecis, Luiz Augusto Ferres Schimith, antes de propor a ação, foram feitas tentativas no âmbito administrativo para resolver o problema, mas sem êxito. “Nota-se que as fotografias apresentadas demonstram claramente a grave situação do esgoto da Cadeia Pública de Campo Novo do Parecis, que formam verdadeiras 'piscinas' a céu aberto de urina e fezes (esgoto)”, diz um trecho da ação do MPE.

Schimith destaca que, de acordo com parecer da Secretaria Municipal de Saúde e da Vigilância Sanitária, a situação é extremamente perigosa a saúde das pessoas que convivem próximo ao local. “Além do dano a saúde, verifica-se a poluição do ambiente urbano. Como o problema não foi solucionado administrativamente, não restou outra alternativa a não ser a propositura da presente ação judicial, visando a cessação do dano, mediante a construção de obras que impeçam que o esgoto circule a 'céu aberto’”, afirmou.

Na ação, o MPE requer liminar para que seja proibido o lançamento de resíduos de esgoto da Cadeia Pública de Campo Novo do Parecis a 'céu aberto', sob pena de pagamento de multa diária no valor de R\$ 10 mil. O MPE pleiteia ainda, caso o problema não seja solucionado, que seja determinada a interdição da unidade prisional com a remoção de todos os presos. A ação foi proposta nesta quarta-feira (23).

<http://www.cliquef5.com.br/TNX/conteudo.php?cid=4965&sid=179>

## SAÚDE

25 de Novembro de 2011 - 07:16

### Lucas, Sorriso e Mutum receberão ambulâncias do SAMU

Fonte: Só Notícias/Karoline Kuhn (foto: assessoria)

O Ministério da Saúde autorizou a doação de quatro ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para Sorriso, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde. Os investimentos atingem R\$ 588,6 mil. Os extratos de doações foram publicados em Diário Oficial da União e, além das cidades mato-grossenses, há de outros estados também.

Conforme a decisão, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum receberão, cada, uma ambulância. Outras duas serão destinadas para Sorriso, onde o envio era aguardado desde o



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

ano passado, quando o Executivo anunciou o início das obras da Unidade de Pronto Atendimento, em setembro. Todas seguem equipadas. Não foi confirmado quando as viaturas serão encaminhadas para cada município.

Atualmente, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência atinge 112,3 milhões de brasileiros em 1.604 municípios, chegando a uma cobertura de 58,66% da população. Em todo o país, o Serviço conta com 159 Centrais de Regulação e 1.757 ambulâncias, sendo 1.383 Unidades de Suporte Básico e 374 Unidades de Suporte Avançado, além de 77 motolâncias. O Ministério da Saúde repassa aos municípios, anualmente, R\$ 392,24 milhões para o custeio destes serviços.



<http://www.sonoticias.com.br/noticias/11/140154/lucas-sorriso-e-mutum-receberao-ambulancias-do-samu>

25/11/2011 -  
08:00

REPASSE ICMS

## Repasse de ICMS aos municípios mato-grossenses aumenta 9% em relação a 2010

Para alcançar os R\$ 1,18 bilhão, além do repasse do ICMS, o Governo destinou R\$ 153,68 milhões referentes ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)



O Governo de Mato Grosso já repassou R\$ 1,18 bilhão dos impostos sobre sua competência aos municípios mato-grossenses no acumulado de janeiro a outubro de 2011. A maior parte deste montante é composta pelo Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Somente neste imposto, a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz-MT) encaminhou R\$ 1,03 bilhão às prefeituras no período. Este

valor de repasse do ICMS está R\$ 83,85 milhões acima do repassado em 2010, ou seja, um crescimento de 9%.

“A estabilidade financeira de Mato Grosso tem sido mantida com um trabalho técnico sério, realizado com o apoio de todos os servidores do Fisco, tanto na arrecadação, quanto no controle do gasto e gestão. Reduzir as despesas e garantir a boa aplicação do dinheiro público é dever de todo gestor e é isso que pedimos a cada prefeito quando efetuamos o repasse dos impostos. Estamos buscando de todas as formas arrecadar sem sobrecarregar o contribuinte, lhe tratando com respeito. Felizmente chegamos ao décimo mês do ano com um aumento de 9% no repasse aos municípios no ICMS e 16% no IPVA. O Estado tem feito a sua parte”, destacou o secretário de Estado de Fazenda, Edmilson José dos Santos.

Para alcançar os R\$ 1,18 bilhão, além do repasse do ICMS, o Governo destinou R\$ 153,68 milhões referentes ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). O valor é 16% superior ao entregue em 2010, ou seja, um incremento de R\$ 21,44 milhões. “Nós temos realizado o repasse aos municípios rigorosamente em dia.



Todas as terças-feiras o Estado efetua uma transferência para as Prefeituras mato-grossenses”, pontuou Edmilson.

Sobre a divisão entre os municípios do montante repassado pelo Estado, o secretário de Fazenda explicou que a cada imposto ou fundo possui suas especificações. O IPVA é dividido 50% para o Estado e 50% para o município onde o veículo está emplacado. Já no caso do ICMS, o Governo observa o Índice Definitivo de Participação dos Municípios (IPM). Ele é composto 75% pelo Valor Adicionado pelo município; 11% pelo coeficiente social e 5% pelas Unidades de Conservação e Terras Indígenas (UCTI), ambos indicados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (Seplan). A população e a receita própria dedicam 4% cada um, restando o último 1% para a área do município, números apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<http://www.expressomt.com.br/noticia.asp?cod=169444&codDep=6>

25/11/2011 -  
06:30

A-

A+

SAÚDE

## Campanha de Combate a Verminose e pesagem do Bolsa Família acontece hoje no PSF II

No caso, do Bolsa Família, o acompanhamento do peso é uma das exigências do governo federal para manter o benefício

CRÉDITO: ASSESSORIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social



A unidade de saúde do Bairro Rio Verde (PSF II) promove hoje (25) a Campanha de Combate a Verminose e pesagem das crianças beneficiadas pelo programa Bolsa Família. O evento acontece das 7h às 17h e todas as crianças atendidas pela unidade devem participar.

Segundo a enfermeira Franciele Silvia de Carlo, a campanha é destinada a toda a família. Além de orientações

sobre a importância da higiene, as mães receberão medicamentos para a prevenção e tratamento contra as verminoses.

No caso, das famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, amanhã também é dia da pesagem. A enfermeira explica que o acompanhamento do desenvolvimento da crianças é uma das exigências do governo federal. Somente na unidade, são aproximadamente 400 crianças com idades até dez anos.

<http://www.expressomt.com.br/noticia.asp?cod=169419&codDep=3>